
	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 1386/2026
				FOLHA: _____
				RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA				
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO				

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de pavimentação da rua projetada nº 03, localizada no distrito de Sodrelândia, no Município de Trajano de Moraes/RJ, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Estrada e Rodagem, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	Pavimentação em paralelepípedos e drenagem	N/A	M ²	1.564,10	R\$ 480.686,41

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade:

O objeto da contratação tem a natureza de obra, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução:

O serviço é enquadrado como contratado por escopo.

Prazo de vigência:

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) dia subsequente ao da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por finalidade viabilizar a execução de serviços de pavimentação na Rua projetada nº 03, localizada no distrito de Sodrelândia, no Município de Trajano de Moraes/RJ, atualmente constituída em leito natural, sem revestimento e desprovida de sistema de drenagem pluvial. Tal condição tem ocasionado recorrentes transtornos aos moradores e usuários da via, especialmente em períodos de chuva, quando se intensificam a formação de lama, poças, atoleiros e processos erosivos, comprometendo a trafegabilidade, dificultando o deslocamento de pedestres e veículos e gerando riscos à segurança.

A ausência de infraestrutura adequada também prejudica o acesso a serviços essenciais, acelera a deterioração ambiental e urbana e impacta diretamente a qualidade de vida da população local. Nesse contexto, torna-se imprescindível a execução dos serviços de pavimentação em paralelepípedos, incluindo regularização do subleito, implantação de lastro, assentamento e rejuntamento do revestimento, bem como a instalação de meio-fio, sarjeta e drenagem superficial. Tais intervenções permitirão o adequado escoamento das águas pluviais, reduzirão processos erosivos e eliminarão os obstáculos que atualmente inviabilizam a circulação segura e contínua.

A solução em pavimento de paralelepípedos mostra-se tecnicamente apropriada para as características da via, em razão de sua durabilidade, boa capacidade de suporte, relativa permeabilidade, facilidade de manutenção e adequada integração ao contexto urbano do distrito de Sodrelândia (Rua projetada nº 03). Ademais, representa



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>			PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
	<p align="center">(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO</p>			

alternativa economicamente viável e eficiente para vias com menor volume de tráfego, contribuindo para a valorização do espaço urbano e para a melhoria das condições ambientais.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação, visando proporcionar infraestrutura viária segura, funcional e duradoura, garantir mobilidade adequada aos moradores e usuários, além de promover melhorias significativas na organização urbana e na qualidade de vida da população beneficiada.

A Secretaria Municipal de Obras é a requisitante da obra.

2.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

2.2.1 A Secretaria Municipal de Obras não incluiu a demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) por ainda estar em fase de elaboração, conforme informado pela administração. O Município encontra-se em processo de estruturação interna para implantação efetiva do PCA, seguindo as diretrizes do Decreto nº 10.947/2022 e da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que demandas emergenciais e imprevisíveis na área de obras dificultam sua inclusão prévia no planejamento anual. Apesar da ausência no PCA, há planejamento orçamentário adequado e disponibilidade financeira garantida pela LOA. A contratação é tecnicamente necessária e não compromete a gestão fiscal. Assim, o objeto mostra-se viável, tempestivo e alinhado ao interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.



3.1 A contratação tem por objeto a execução de obra de pavimentação em via pública localizada no 5º Distrito, Sodrelândia (Rua projetada nº 03), no Município de Trajano de Moraes/RJ, caracterizada como obra nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de intervenção no meio ambiente capaz de inovar e alterar substancialmente as características originais do imóvel público. Por sua natureza, trata-se de obrigação de escopo específico, enquadrada como contratação não continuada, conforme conceito previsto no caput do art. 16 da Instrução Normativa nº 05/2017, que estabelece que os serviços por escopo devem ser executados dentro de período previamente definido, admitida prorrogação pelo tempo necessário à conclusão, nos termos dos arts. 106 e 111 da Lei nº 14.133/2021.

A solução proposta compreende a execução integral da infraestrutura de pavimentação em paralelepípedos, contemplando escavação e regularização de subleito, implantação de lastro de assentamento, assentamento e rejuntamento de paralelepípedos, execução de meio-fio com sarjeta, drenagem superficial e demais serviços complementares indispensáveis à completa funcionalidade e segurança da via pública. Todos os procedimentos deverão observar rigorosamente as normas técnicas brasileiras aplicáveis, conforme metodologia descrita no Memorial Descritivo elaborado pela equipe técnica, garantindo conformidade, durabilidade e desempenho adequado ao longo do ciclo de vida da obra.

Os quantitativos e preços unitários foram definidos com base em levantamentos técnicos e estudos realizados a partir dos projetos de engenharia, estando consolidados na planilha orçamentária anexa ao processo. A execução está prevista para ocorrer em prazo estimado de 04 (quatro) meses, conforme cronograma físico-financeiro, sendo que eventual necessidade de prorrogação será automaticamente considerada, em razão de se tratar de contrato por escopo, até a entrega final do objeto.

A empresa contratada poderá realizar visita técnica ao local, de forma facultativa, para pleno conhecimento das condições operacionais, logísticas e ambientais da área de intervenção. Caso opte por não realizá-la, deverá apresentar declaração formal assumindo ciência plena das condições do local e de todos os elementos



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

constantes no edital e anexos. O empreendimento não conta com Certidão Ambiental válida; assim, não há documentação equivalente nos autos, sendo a medida adotada oportunamente.

A execução ocorrerá sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo o valor máximo estimado o limite para a contratação. O certame será processado na modalidade concorrência, observando-se as regras legais aplicáveis, garantindo competitividade, transparência e adequada seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 Sustentabilidade

4.1.2 Deverá ser garantida a sustentabilidade operacional, ambiental e técnica na execução da obra de pavimentação da Rua projetada nº 03, localizada no Distrito de Sodrelândia, 5º distrito de Trajano de Moraes. As atividades deverão observar práticas construtivas eficientes, seguras e economicamente viáveis, assegurando a durabilidade do pavimento, a estabilidade das estruturas e o adequado desempenho da via ao longo do seu ciclo de vida.

A contratada deverá adotar procedimentos que promovam o uso racional dos materiais e recursos naturais, reduzindo desperdícios e retrabalhos, bem como prevenindo falhas que possam comprometer a qualidade da pavimentação, do sistema de drenagem e da infraestrutura urbana existente. Deverão ser observadas boas práticas de engenharia, incluindo o correto preparo do subleito, base e revestimento, garantindo maior vida útil ao pavimento e menor impacto futuro ao orçamento municipal com manutenções corretivas.

Também deverão ser incorporadas ações sustentáveis ao processo executivo, com ênfase na destinação ambientalmente adequada de resíduos de construção, na redução do uso de materiais descartáveis, na otimização logística da obra e na mitigação de impactos ao entorno e à população local. Sempre que possível, deverá ser incentivado o reaproveitamento de materiais e a utilização de soluções que reduzam a emissão de poeira, ruído e vibrações durante a execução.



Além disso, a obra deverá observar normas técnicas atualizadas e mecanismos que assegurem a longevidade das soluções adotadas, considerando as condições climáticas, geográficas e operacionais do 5º distrito, bem como as necessidades de mobilidade e segurança viária da comunidade de Sodrelândia. A adoção de técnicas adequadas e de materiais de qualidade contribuirá para a eficiência do investimento público e para a sustentabilidade urbanística e ambiental do Município de Trajano de Moraes.

4.2 Subcontratação

4.2.1 A vedação à subcontratação, total ou parcial, justifica-se em razão da natureza técnica e específica dos serviços previstos para a execução da obra de pavimentação da Rua Projetada nº 03 no Distrito de Sodrelândia, 5º distrito, Trajano de Moraes/RJ. As etapas que compõem a intervenção, como escavação, regularização de subleito, preparação de lastro, assentamento e rejuntamento de paralelepípedos, instalação de meio-fio com sarjeta, drenagem superficial e demais serviços correlatos, demandam execução direta pela empresa contratada, com equipe própria, capacidade operacional comprovada e controle integral sobre todos os processos construtivos.

A subcontratação poderia comprometer a padronização dos métodos aplicados, dificultar o acompanhamento pela Administração e gerar riscos de descontinuidade, falhas técnicas, atrasos e responsabilização difusa,



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		<p>PROCESSO: 1386/2026</p>	
	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		<p>FOLHA: _____</p>	
	<p align="center">(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO</p>		<p>RÚBRICA: _____</p>	

sobretudo considerando que a obra será executada em área que requer organização adequada dos serviços, logística própria e coordenação direta das frentes de trabalho. O controle centralizado pela contratada é essencial para assegurar conformidade com o projeto básico e com os parâmetros de qualidade previstos.

Dessa forma, a vedação à subcontratação visa preservar a eficiência da execução, garantir maior segurança técnica, facilitar a fiscalização, assegurar a responsabilidade integral da contratada sobre todas as etapas do objeto e proteger o interesse público, evitando potenciais prejuízos decorrentes da delegação indevida de atividades essenciais. Por tais razões, justifica-se plenamente a proibição de subcontratação no âmbito deste contrato.

4.3 Garantia da contratação



4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.3.2 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.3.3 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- a) A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- b) Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- c) A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- d) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- e) Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.3.4 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

a) Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

b) No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

c) Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

d) O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

e) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

f) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

g) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

e) *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
	TERMO DE REFERÊNCIA		
	(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO		

- f) *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.*

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- g) *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*
- h) *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*



A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

- i) *Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;*
- j) *Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;*
- k) *Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Cotratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da relocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.*

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
	TERMO DE REFERÊNCIA		
	(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO		

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após assinatura do Termo Contratual pelas partes, a seguinte documentação:
 - a.1) *Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos responsáveis técnicos pela execução, recolhidas junto ao CREA/RJ ou CAU/RJ;*
 - a.2) *Cadastro Nacional de Obras (CNO);*
 - a.3) *Placa da Obra instalada no canteiro;*
- b) Após a entrega de toda a documentação relacionada no item anterior, a Fiscalização da Obra emitirá a Ordem de Início de Serviços para o início da execução da obra.
- c) Início da execução do objeto: imediato após a emissão da ordem de serviço.
- d) A execução do objeto está prevista para o prazo estimado de 06 (seis) meses *contados da Ordem de Início de Serviços emitida pela fiscalização*, conforme definido no Cronograma Físico-Financeiro em anexo.

5.2 Local da prestação dos serviços, conforme projeto anexo.

5.2.1 Rua Projetada nº 03, localizada no distrito de Sodrelândia, 5º distrito, no Município de Trajano de Moraes/RJ.

5.3 Especificação da garantia do serviço

5.3.1 Os serviços prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 05 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6 GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2 Preposto



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de execução da obra*.

O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.3 Rotinas de Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.4 Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.5 Fiscalização Administrativa



O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6 Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.6.1 receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.7 Ficam indicados como futuros responsáveis pela fiscalização (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e pela gestão do contrato os seguintes servidores (se for o caso):

- **Fiscal técnico do futuro contrato:** Hitallo Marinelle de Castro – matrícula nº 13749 – Engenheiro Civil – CREA RJ 2025102691
- **Fiscal administrativo do futuro contrato:** Luiz Carlos da Silva Caetano – matrícula: 4455
- **Gestor do futuro contrato:** Ronaldo da Silva Lourenço – matrícula: 13696



7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO DO LIVRO DIÁRIO DE OBRAS

7.1 A empresa deverá providenciar e manter um livro Diário de Obra, autenticado pelo responsável técnico pela empresa contratada e pela Fiscalização, no qual se anotarà:

7.1.1 Pela empresa contratada:

- a) A ocorrência de condições meteorológicas prejudiciais ou desfavoráveis ao andamento da obra;
- b) As falhas verificadas em obras ou serviços contratados;





	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

- c) As consultas à Fiscalização e as respostas às suas interpelações;
- d) As datas de início e de conclusão das etapas, bem como de início e final da obra;
- e) Os acidentes de trabalho ocorridos durante a execução da obra;
- f) Substituição de sua equipe e número de funcionários que mantém na obra;
- g) Os serviços em execução no dia, entrada de materiais, relação de equipamentos utilizados em cada etapa e outras anotações julgadas oportunas pela empresa.

7.2 Pela Contratante ou pela Fiscalização:

- a) Apreciação sobre o andamento da obra e sua conformidade aos projetos, especificações, prazos e cronogramas integrantes do contrato;
- b) Atestados de veracidade dos registros feitos pela empresa contratada;
- c) Observações que julgue necessário fazer a propósito das consultas e solicitações feitas pela empresa contratada;
- d) Determinações de providências para o cumprimento dos projetos e especificações e outros fatos que julgue necessários e convenientes aos serviços executados;
- e) Determinações de retirada imediata de materiais ou serviços que estejam em desacordo com o contratado seja na qualidade dos materiais empregados ou no resultado dos serviços executados;
- f) O livro Diário de Obra será, obrigatoriamente, preenchido diariamente, devendo sempre permanecer no canteiro de obras. Em caso de descumprimento desta disposição, a contratada ficará sujeita à aplicação de penalidade;
- g) O livro físico do Diário de Obra poderá, a critério da Fiscalização, ser substituído por sistema eletrônico mais eficiente, desde que cumpra com todas as funções elencadas neste capítulo;
- h) Os dias abonados em razão de chuvas que atrapalhem ou impeçam o andamento normal dos serviços;
- i) O extravio do Livro Diário de Obra pela contratada será passível de penalidade;
- j) Restrições a respeito do andamento da obra ou da atuação da empresa contratada, de seus empregados e prepostos;
- k) Terminada a obra, o Diário de Obra será entregue à Secretaria Municipal, junto com a nota fiscal/fatura relativa à medição da última etapa da obra;
- l) A Fiscalização terá acesso a este livro, devendo anotar tudo que julgar necessário, a qualquer tempo.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

7.3 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.3.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) não produziu os resultados acordados,
- b) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4 Do recebimento

7.4.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

d) A obra, após final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

e) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

f) O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

g) O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.



h) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º da Lei 14.133/2021).

7.4.2 Ao final de cada período de faturamento:

a) O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

b) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

c) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

d) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

e) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

f) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5 Liquidação

7.5.1 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar;
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



7.5.2 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.6 Cessão de Crédito

7.6.1 Fica expressamente vedada a cessão, total ou parcial, dos créditos decorrentes do contrato administrativo a ser firmado em decorrência deste procedimento licitatório, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração Pública, nos termos do artigo 347 da Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa resguardar o interesse público, assegurar o adequado controle dos pagamentos e evitar a transferência de titularidade de crédito a terceiros sem o conhecimento e anuência do ente contratante. A inobservância desta vedação poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das sanções previstas na legislação vigente. A empresa contratada declara, desde já, ciência e concordância com esta condição, obrigando-se a cumpri-la integralmente.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
	TERMO DE REFERÊNCIA		
	(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO		

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- iv. Multa:

8.1.3 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco por cento) dias.

8.1.4 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.1.5 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



8.1.6 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.1.7 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento)** do valor da contratação.

8.1.8 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.1.9 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

8.1.10 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação[, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.2. ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA;

8.2.1 Descumprimento parcial do cronograma físico-financeiro:

Atrasos injustificados na execução de etapas intermediárias da obra, sem que comprometam integralmente a entrega final, mas que prejudiquem o planejamento da Administração.

8.2.2 Execução de serviços com qualidade inferior à especificada:

Realização de etapas da obra com materiais ou métodos inadequados, em desconformidade com o projeto executivo ou as normas técnicas, ainda que reparáveis.

8.2.3 Não mobilização de pessoal ou equipamentos conforme previsto: Descumprimento da obrigatoriedade de dispor de mão de obra especializada, equipamentos e insumos conforme estabelecido no plano de execução aprovado.

8.2.4 Ausência ou atraso na entrega de documentos técnicos obrigatórios:

Falta de apresentação de relatórios de acompanhamento, diário de obras, projetos "as built", licenças ou outros documentos exigidos contratualmente.

8.2.5 Interrupção imotivada dos serviços:

Paralisação dos trabalhos por iniciativa da contratada, sem justificativa aceita pela Administração, ainda que por período limitado e sem impacto total no contrato.

8.2.6 Reincidência em advertências anteriores:

Reiteração de condutas já advertidas, como atrasos pontuais ou pequenos descumprimentos contratuais, configurando falta de diligência e comprometimento.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



8.3.1 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.3.4 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

8.3.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- v. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- vi. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- vii. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- viii. as peculiaridades do caso concreto;
- ix. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- x. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- xi. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4.1 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.4.2 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



8.4.3 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- xii. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.5 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5.1 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 1386/2026
			FOLHA: _____
			RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.1.1 Critérios de aceitabilidade de preços

Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

- a) *O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;*

Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global o critério de aceitabilidade de preços será:

- b) *Valor global: conforme valor estimado da contratação;*

9.2 Da Habilitação Jurídica

9.2.1 No caso de Empresa Individual:

- a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

- a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subseqüentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

9.2.3 No caso de sociedade civil.

- a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.2.4 No caso de empresa estrangeira.

- a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

9.2.5 No caso de cooperativa:



- a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;
 b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);
 c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

9.2.6 No caso de microempreendedor individual:

- a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

9.2.7 No caso de consórcio de empresas:



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

- a). A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b). Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- c). A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;
- d). A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;
- e). A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.
- f) a empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

9.3 Da Qualificação Técnica

9.3.1 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e proposta de preço, com habilitação para execução de obras civis, emitida pelo respectivo Conselho da jurisdição da sede da empresa licitante.

9.3.2 Capacitação Técnico – Operacional: A comprovação de Aptidão Técnico-Operacional da empresa, se dará através da apresentação de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que prestou, a contento, serviços com características técnicas compatíveis com o objeto licitado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, na forma do Inc. II do Art. 67, da Lei nº 14.133/2021, observando as peculiaridades do objeto desta licitação, devendo o documento estar assinado, datado e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo.

9.3.2.1 A legitimidade do referido Atestado de Capacidade Técnico-Operacional será comprovada através da documentação de responsabilidade técnica expedida pelos órgãos de classe CREA/CAU (Exemplificadamente: ART ou RRT ou CAT) em nome do(s) respectivos(s) responsável (eis) técnico(s) de modo que conste NECESSARIAMENTE a Razão Social da licitante na condição de Contratada (executante), ainda que nestes o(s) responsável(eis) técnico(s) em questão não venha(m) a ser o(s) profissional(ais) a ser(em) vinculado(s) à execução dos serviços objeto desta licitação.



9.3.2.2 O licitante deverá apresentar no ato do processo licitatório, os competentes atestados devidamente registrados no conselho competente (CREA/CAU), que demonstrem experiência em total consonância com o objeto do presente instrumento, sem definição de Parcelas de Maior Relevância.

9.3.2.3 Não será aceita a comprovação de aptidão de que tratam estes itens, por meio de documento emitido pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo.

9.3.2.4 O(s) profissional (is) indicado(s) pela empresa, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deve(m) participar do serviço objeto deste processo, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, conforme parágrafo 6º do Art. 67 da Lei 14.133/2021.

9.3.2.5 Será considerado integrante do quadro permanente da empresa licitante o profissional que for sócio, diretor, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA ou CAU.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

9.3.2.6 A Comprovação de que integra o quadro permanente da licitante também poderá ser feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) sócio: contrato social e sua última alteração;
- b) diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) empregado vinculado ao quadro da empresa, em caráter permanente ou não, mediante:
 - c.1) Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou;
 - c.2) Contrato Social, ou;
 - c.3) Contrato particular firmado com a empresa proponente, ou;
 - c.4) No caso do profissional que será o responsável técnico pela obra ser também o responsável técnico da empresa junto ao CREA ou CAU, a apresentação do registro solicitado no item acima, comprova vínculo com a empresa.
- d) responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA ou CAU.

9.3.2.7 A licitante também poderá apresentar Termo de Compromisso assinado pelo profissional indicado, no qual este se compromete a compor a equipe técnica da empresa, caso a mesma venha sagra-se vencedora do certame.

9.3.2.8 Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional vinculado à licitante.

9.3.2.9 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, de acordo com o art. 67, § 6º da Lei 14.133/2021.

9.3.4 Declaração de Visita Técnica dando ciência de que visitou os locais indicados para execução do objeto, na forma do modelo nos termos Anexo do edital, OU Declaração de pleno conhecimento do objeto para os licitantes que optarem pela não realização da visita técnica deverão apresentar declaração, nos termos do modelo Anexo do edital.

9.3.4.1 Antes da apresentação de suas propostas, as licitantes poderão tomar conhecimento das normas e diretrizes da Secretaria Solicitante relacionadas com o presente termo de referência, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições, estado de conservação e peculiaridades do objeto deste termo de referência, e que deverão ser devidamente consideradas na composição dos preços de sua proposta comercial;



9.3.4.2 A visita técnica poderá ser agendada antecipadamente com a Secretaria Municipal de Obras, através do e-mail: smobras@trajanodemoraes.rj.gov.br, no horário de 09:00 às 17:00 (horário de Brasília);

9.3.4.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

9.3.4.4 Será de exclusiva responsabilidade da Secretaria de Obras o agendamento com as licitantes para a realização das vistorias necessárias à execução do objeto do presente certame;

9.3.4.5 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

9.3.4.6 A visita técnica é facultativa e as licitantes poderão fazer pesquisa minuciosa do objeto, a fim de conhecer as edificações e locais de instalação dos equipamentos, obras necessárias, infraestrutura existente, ferramentas, materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes;

9.3.4.7 Ficam, desde já, as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes neste instrumento e no Termo de Referência – Anexo I. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

9.4 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.4.1 a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

9.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

9.4.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.8 Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

9.4.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5 Da Habilitação Econômico-Financeira



9.5.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9.5.2 A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

9.5.3 No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

9.5.4 Apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 1386/2026
				FOLHA: _____
				RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA				
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO				

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 b) O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou, por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

9.5.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

9.5.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

9.6 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

9.6.1 Consórcios

a) Considerando que o valor estimado para a contratação não é de grande vulto e que o objeto não é considerado de alta complexidade, além da existência de diversas empresas capacitadas no mercado, não será admitido a participação de consórcios, nos termos da legislação aplicável.

9.7 SUBCONTRATAÇÃO

9.7.1 Fica **vedada a subcontratação**, total ou parcial, do objeto contratual.

A vedação à subcontratação, total ou parcial, justifica-se em razão da natureza técnica e específica dos serviços previstos para a execução da obra de pavimentação da rua projetada nº 03, localizada no distrito de Sodrelândia, no Município de Trajano de Moraes/RJ, Trajano de Moraes/RJ. As etapas que compõem a intervenção, como escavação, regularização de subleito, preparação de lastro, assentamento e rejuntamento de paralelepípedos, instalação de meio-fio com sarjeta, drenagem superficial e demais serviços correlatos, demandam execução direta pela empresa contratada, com equipe própria, capacidade operacional comprovada e controle integral sobre todos os processos construtivos.



A subcontratação poderia comprometer a padronização dos métodos aplicados, dificultar o acompanhamento pela Administração e gerar riscos de descontinuidade, falhas técnicas, atrasos e responsabilização difusa, sobretudo considerando que a obra será executada em área que requer organização adequada dos serviços, logística própria e coordenação direta das frentes de trabalho. O controle centralizado pela contratada é essencial para assegurar conformidade com o projeto básico e com os parâmetros de qualidade previstos.

Dessa forma, a vedação à subcontratação visa preservar a eficiência da execução, garantir maior segurança técnica, facilitar a fiscalização, assegurar a responsabilidade integral da contratada sobre todas as etapas do objeto e proteger o interesse público, evitando potenciais prejuízos decorrentes da delegação indevida de atividades essenciais. Por tais razões, justifica-se plenamente a proibição de subcontratação no âmbito deste contrato.

9.8 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.8.1 Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
	TERMO DE REFERÊNCIA		
	(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO		

atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

Documentação complementar para cooperativas

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



- i. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- ii. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- iii. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- iv. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- v. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- vi. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) Ata de fundação;
 - b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;
 - g) Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.8.2 Disposições gerais sobre habilitação

Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 1386/2026
				FOLHA: _____
				RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA				
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO				

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 A estimativa de preços foi elaborada com base na verificação da compatibilidade dos valores com diversas referências oficiais e parâmetros praticados no mercado, em observância às orientações do TCE-RJ, que estabelece que sistemas referenciais devem atuar como balizadores, e não como regra absoluta. Para isso, foram analisadas fontes como EMOP e SINAPI, ambas com data-base de dezembro de 2025, além de índices públicos e informações obtidas no setor, assegurando que os valores considerados não apresentassem sobrepreço nem subavaliação.

As composições de custos foram conferidas com parâmetros amplamente reconhecidos, constatando-se convergência geral entre os preços adotados e aqueles praticados no mercado. Eventuais divergências foram tratadas mediante justificativas técnicas, fundamentadas nas características específicas do objeto e nas condições locais de execução. Essa abordagem garantiu aderência às exigências da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Tribunal de Contas, especialmente quanto ao dever de motivação.

O responsável técnico elaborou planilha analítica contendo insumos, mão de obra, equipamentos, encargos e BDI, assegurando transparência, rastreabilidade e compatibilidade com critérios auditáveis. As fontes utilizadas foram aplicadas de forma complementar e devidamente justificadas no processo, conforme boas práticas de elaboração orçamentária e entendimento consolidado do TCE-RJ.

Diante dessa metodologia e da análise integrada das referências utilizadas, apurou-se o valor estimado global da contratação, que totaliza **R\$ 480.686,41 (Quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos)**.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



11.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):

Secretaria Municipal de Obras	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
	06002678200201019	44905100	27540000	211

11.2 DA SEGURANÇA DOS TRABALHOS

11.2.1 Deverão ser observadas em todo o período de execução da obra as normas regulamentares do Ministério do Trabalho, em especial: NR4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, referentes a segurança do trabalho em obras de construção.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

11.2.2 São obrigações da contratada: fornecer os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual (capacete, botina, luvas, cintos de segurança, óculos de proteção, entre outros de acordo com os serviços em execução) e cobrar sua utilização pelos seus operários.

11.3 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.3.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

11.3.2 Assumir as demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei 14.133/2.021 e leis posteriores.

11.3.3 Executar todos os serviços de acordo com os padrões da contratada, baseados na prática profissional das boas normas de execução de serviços técnicos, normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), código de postura do município e especificações de acordo com a regulamentação do CREA ou CAU;

11.3.4 Apresentar à fiscalização, antes do início dos serviços, o responsável pela execução dos serviços (engenheiro ou arquiteto responsável) indicado no procedimento licitatório, ocasião em que serão fixadas as precauções específicas ligadas à natureza dos trabalhos;

11.3.5 Acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades porventura indicadas;

11.3.6 Fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletiva (EPC), adequados a cada tarefa específica;

11.3.7 Obedecer a todas as recomendações com relação à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive a descrita no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

11.3.8 Manter em estado de higiene todas as instalações do canteiro de obra, devendo permanecer limpas, isentas de lixo, detritos em geral e de forma satisfatória ao desempenho das atividades da mesma;

11.3.9 Obedecer a todas as normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa e respeitar as disposições legais trabalhistas da Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;

11.3.1.1 Sinalizar a área de intervenção, através de placas, quanto às indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes;

11.3.1.2 Obrigar o pessoal da obra, a utilizar os equipamentos de segurança;

11.3.1.3 Fazer a comunicação, da maneira mais detalhada possível, por escrito, de todo tipo de acidente relacionado a cada intervenção;

11.3.1.4 Credenciar perante o CONTRATANTE todos os funcionários envolvidos na prestação de serviços, com apresentação de cópia autenticada da CTPS devidamente anotada.

11.3.1.5 Todos os funcionários deverão estar devidamente UNIFORMIZADOS e identificados através de crachá.

11.3.1.6 Apresentar à CONTRATANTE o CNO (Cadastro Nacional de Obra) junto à Receita Federal.



11.3.1.7 Apresentar à CONTRATANTE a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos responsáveis técnicos pela execução, recolhidas juntos ao CREA/RJ ou CAU/RJ.

11.3.4 Instalar a Placa da Obra no canteiro.

11.4 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.4.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

11.4.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.4.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

11.4.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.

12 DA VISITA TÉCNICA AOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 As empresas licitantes poderão realizar a Visita Técnica. A visita técnica tem por objetivo o conhecimento das condições dos serviços e deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data de realização do certame, e deverá ser realizada junto ao responsável técnico indicado pela Secretaria Municipal de Obras, devendo a mesma ser agendada previamente através do e-mail: smobras@trajanodemoraes.rj.gov.br, no horário de 08:00 às 17:00.

12.1.1 A opção pela vistoria constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas que não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação;

12.2 O atestado de visita técnica será fornecido pelo Município, através da Secretaria Municipal de Obras, nos termos do Anexo do edital;

12.3 O(s) responsável (eis) pelo agendamento da(s) visita(s) técnica(s) deverão assegurar-se de que a(s) concorrente(s) realize(m) visita técnica em horários distintos, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

12.4 Poderão realizar a visita técnica o responsável da empresa e/ou preposto devidamente credenciados. Caso o responsável técnico a realizar a visita técnica seja sócio da empresa, este deverá apresentar no momento da visita técnica a cópia do contrato social ou documento equivalente e carteira de identificação.

12.5 Caso o responsável técnico a realizar a visita técnica não seja sócio da empresa, deverá a empresa licitante credenciar devidamente este responsável, a quem competirá apresentar no momento da visita técnica instrumento de procuração e/ou credenciamento devidamente assinado pelo sócio administrador da empresa acompanhado de cópia do contrato social ou documento equivalente e de documento de identificação do sócio administrador signatário do referido documento, assim como a cópia do documento de identificação do responsável técnico (credenciado) da visita.



12.6 Os licitantes que optarem pela não realização da visita técnica deverão apresentar declaração, nos termos Anexo do edital.

12.6.1 Ficam, desde já, as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes neste instrumento, no Termo de Referência e todas as especificidades que contempla, inclusive naquilo que diz respeito à execução dos serviços. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Conforme exposto, verifica-se que a solução mais adequada para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras é a contratação de empresa especializada para pavimentação de rua no distrito de Sodrelândia (Rua projetada nº 03), 5º distrito, Município de Trajano de Moraes/RJ. A contratação da obra ocorrerá por meio de regular processo licitatório, em conformidade com os critérios estabelecidos na Lei Federal



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1386/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

nº 14.133/2021, observando-se as diretrizes do plano de governo e visando à promoção de benefícios diretos à municipalidade e à população local.

14 ANEXO (S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1 Compõem como Anexos a este TR os seguintes documentos:

14.2 Os anexos que compõem o DFD, como as planilhas, o memorial descritivo, projeto básico e demais informações, já se encontram devidamente incluídos. Quando da divulgação do edital, os anexos citados passarão a fazer parte integrante deste termo.

<p>Encaminha-se o presente Termo de Referência para ciência e análise do (a) Secretário (a) da respectiva pasta.</p> <p>Este Núcleo de Planejamento informa que o referido Termo de Referência foi elaborado com base nas informações constantes do Documento de Formalização da Demanda (DFD), devidamente fundamentadas por meio do Estudo Técnico Preliminar, aprovado pela Secretaria solicitante.</p> <p>Trajano de Moraes, 19 março de 2026.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Mat: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno Mat: 4412</p> <p>Hítallo Marinelle de Castro Mat: 13749</p>	<p>De acordo com Termo de Referência.</p> <p>Ronaldo da Silva Lourenço Secretário Municipal de Obras</p>
--	--

